

**Turismo Sustentável em Áreas de Proteção – o Caso de Cururupu
(MA) e Bonito (MS)**

Saulo Ribeiro dos Santos¹

Larissa Ribeiro de Abreu²

Pedro Pereira Ferreira Júnior³

Resumo

Este artigo tem por objetivo propor uma estrutura para a análise da implantação da indústria do turismo sob a ótica do desenvolvimento sustentável. A investigação toma por base uma análise comparativa, proposta pelos autores, para os planos de desenvolvimento das regiões de Bonito-MS e Cururupu-MA. Ambos os municípios reúnem características naturais e diversidade cultural que as credenciam a este estudo, ademais, seus territórios se constituem em Áreas de Proteção Ambiental - APAs. É avaliada a articulação das ações previstas para viabilizar a ocupação econômica e o desenvolvimento regional. Trata-se de um estudo descritivo por análise comparativa envolvendo um projeto em operação e outro em desenvolvimento, na tentativa de identificar os atributos comuns aos dois programas. A pesquisa demonstrou os resultados das metas, objetivos e ações de ocupação econômica, confrontando-o com os princípios do turismo sustentável. O trabalho se apresenta como uma contribuição à reflexão sobre a atividade governamental, no seu papel de agente regulador e responsável pelo estímulo do desenvolvimento regional. Sua metodologia se propõe a ser um referencial na avaliação crítica da ocupação das APAs para a implantação de projetos turísticos futuros.

Palavras-chave: Turismo sustentável. Desenvolvimento. Área de Proteção.

¹ Professor Mestre do Curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão – saulosantosma@uol.com.br

² Pós-Graduanda em História do Maranhão pela Universidade Federal do Maranhão – larys05@yahoo.com.br

³ Pós-Graduando em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal do Maranhão – pjtur@yahoo.com.br

Introdução

A preocupação com a capacidade de carga que o meio ambiente pode receber com o fluxo de visitantes, ou com seu uso para atividades industriais, tem criado responsabilidades pela busca de soluções para o crescimento econômico-social, com mínimos impactos à natureza (CARABELLI, 2001; GARCIA; SERVERA, 2003). Aumenta a responsabilidade do Estado, como organização governamental, em gerenciar os interesses da sociedade num sentido coletivo, ao coordenar a ocupação de áreas para o desenvolvimento da indústria do turismo. A melhoria da qualidade de vida da população, a preservação e conservação do meio ambiente, o crescimento econômico, a distribuição de renda e a diminuição da desigualdade social, política e econômica constituem cenários de planejamento com interferência pública (SHARPLEY; TELFER, 2002; FONT; BENDELL, 2002; MARTENS; SPAARGAREN, 2005). A intensificação da atividade turística como integrante da economia capitalista apresenta características predatórias quando trabalhada de forma massificada, por outro lado, pode ser também indutora de desenvolvimento sustentável, desde que operada de modo ecologicamente correto. Neste sentido, o planejamento a médio e longo prazo é importante e necessário, se utilizado como ferramenta da administração pública para obter um desenvolvimento socialmente equilibrado e sustentável (POLONSKY; OTTMAN, 1998). A indústria do turismo contribui para melhoria da qualidade de vida em diversos aspectos, devendo orientar tais contribuições em direção do incentivo ao desenvolvimento sustentável, mantendo um equilíbrio ambiental, cultural, social e econômico. O município de Cururupu-MA integra o Pólo Turístico Floresta dos Guarás, Área de Proteção Ambiental - APA onde a capacidade de carga deve ser mantida de acordo com a fragilidade dos ecossistemas naturais e originalidade cultural da população receptora (RUSCHMANN, 2004). Neste sentido, percebe-se que o plano de ocupação da indústria turística para a região apresenta um conjunto de ações cujo objetivo pretendido destaca o desenvolvimento sustentável em todas suas dimensões. A partir do exposto, delimita-se a questão que o trabalho se propõe a responder em: *como ocorrem, na ótica dos indicadores do turismo sustentável, as ações do planejamento para o desenvolvimento da indústria do turismo na área de proteção ambiental, em específico, comparando os municípios de Bonito-MT e Cururupu-MA?*

Impactos Econômicos da Indústria do Turismo

Cooper *et al.* (2001, p. 159) afirmam que “o significado econômico do turismo é determinado não apenas pelo nível de atividade turística que está acontecendo, mas também pelo tipo e pela natureza da economia em questão”. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), a influência do turismo para os países em desenvolvimento, como o Brasil, é vista como uma rápida injeção de divisas, que contribui para o desenvolvimento econômico (OMT, 2001).

Para entender as suas vantagens, existem estudos sobre os impactos econômicos do turismo, em que são medidas as diferentes formas, pois cada um adapta-se a uma finalidade desejada. A OMT investiga o impacto econômico originado pelo gasto turístico e causado pelo desenvolvimento da atividade turística, além dos benefícios e dos custos. Já Cooper *et al.* (2001) alegam que a medição do impacto econômico do turismo está além da utilização de cálculos das despesas turísticas.

Resumindo, essas formas de calcular o impacto econômico não vão de encontro ao estudo, portanto, utilizam-se os principais ensinamentos deles, juntamente com os de Ignarra (1999), concluindo que os impactos positivos são: geração de impostos; geração de empregos; aumento de investimentos (infra-estrutura); redistribuição de renda; aumento das receitas; aumento do recebimento de divisas; aumento do PIB; equilíbrio na balança nacional de pagamentos e propulsor de atividade empresarial. Por outro lado, entre os impactos negativos estão a possível inflação de produtos e serviços oferecidos; a perda de benefícios econômicos potenciais (ex.: lucro obtido em Cururupu, vai para o país de origem dos investidores); a migração de mão-de-obra de áreas rurais para áreas urbanas e a importação de mão-de-obra de outro país, pois a renda ganha com este tipo de trabalho pode ser repatriada.

Os impactos econômicos que o turismo representa para uma determinada localidade podem trazer inúmeros significados positivos, desde que seja trabalhado corretamente e visto como “uma força propulsora” para o desenvolvimento e não somente “a força propulsora”. Pois a “dependência” da atividade turística pode “banir” o incentivo de outros setores da economia (COOPER *et al.*, 2001). Dias (2003, p.11) afirma que “um destino turístico pode ter um *boom* de procura de um momento para o outro, mas também pode entrar em decadência com a mesma velocidade com que cresceu”. Ruschmann (2004, p. 110) adiciona, dizendo que “muitas destinações turísticas que atingiram o ponto de dependência

total do turismo e, que para viabilizarem-se economicamente necessitam de grande número de turistas (turismo de massa)”. Essa vinculação é um fator discutido no sentido de preservação do meio ambiente e da cultural local, pois com um fluxo alto, a capacidade de carga da localidade ultrapassa o seu limite, ocasionando diversos problemas para os residentes (ex.: falta de água e comida, congestionamento no trânsito entre outros).

Impactos Ambientais da Atividade Turística

Com o *boom* do turismo e o incentivo a realização de eventos, a localidade gera divisas e investe em infra-estrutura adequada para atender as necessidades do turista. Por isso, é importante verificar que tipo de impacto a localidade deseja com o advento do turismo. Atualmente uma das grandes preocupações está relacionada com o meio ambiente. Para Cooper *et al.* (2001, p.184), é inevitável que o ambiente seja modificado e que as ações de preservação atuais são fundamentais e muito mais respeitadas que meio século atrás.

O turismo por mais que seja mínimo, gera impactos ambientais, mas por outro lado, vê-se que o turismo pode forçar governos a preservarem áreas naturais, através da criação de Parques Nacionais, Áreas de Proteção Ambiental, Reservas Florestais, dentre outros, com o intuito de conservar e aliar o conforto da comunidade e turista.

Por outro lado, Magalhães (2002) diz que a forma predatória do turismo ao se apropriar de lugares, leva a uma discussão importante, com relação a sustentabilidade e a necessidade de tornar-se menos impactante tanto para o ambiente natural quanto para o social. Devido inúmeros estudos e conscientizações com relação ao meio ambiente, há uma tendência para a prática de um turismo mais individualizado e preservacionista. Ruschmann (2004, p.9) denomina turismo contemporâneo, dizendo que é a “busca do verde e da fuga dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer”. Esse conceito está relacionado à preocupação do bem-estar do indivíduo na natureza, pois as metrópoles urbanas estão carentes deste ambiente natural e o lazer acaba sendo levado para as atividades da cidade.

Por isso, a busca pela tranquilidade e pelo verde, vem provocando o aparecimento de um turismo ecológico ou ecoturismo. Além disso, “a busca de alternativas ao turismo tradicional tem levado à exploração de lugares novos, em muitos casos, com ecossistemas

frágeis que correm o risco de uma rápida e irreversível degradação” (OMT, 2001, p. 228). O turismo é um consumidor de recursos naturais, pois o ambiente (natural ou artificial) é o ingrediente para sua realização. Portanto, não é possível desenvolver turismo sem impactos ambientais, pois a partir do deslocamento do turista para consumir o produto, ele está impactando o meio ambiente, por meio das ferramentas utilizadas para locomover-se, hospedar-se, dentre outros. Mas é possível, mediante o planejamento, gerenciar o desenvolvimento do turismo com o intuito de garantir a preservação e conservação do ambiente natural.

Impactos Socioculturais da Atividade Turística

O contato entre pessoas, devido o deslocamento ocasionado pelo turismo, envolve o ser humano em grupos ou sociedades existentes levando-os a troca de cultura, idéias e pensamentos. O encontro se dá pela compra de bens e serviços e ocupação do mesmo ambiente físico. Cooper *et al.* (2001) acrescenta que o turismo é pessoal, ou seja, deve ser consumido pelo turista na destinação de visita. Portanto, o morador do local de visitação entrará em contato com o visitante durante o período de estadia. Nesta fase implicará em impactos positivos ou negativos. Não é necessário que o morador esteja em contato com o turista, para que tenha algum tipo de impacto.

Duas formas de impactos são definidas, indiretas e induzidas. A primeira está relacionada com as mudanças sociais que acompanham o ambiente com o advento do turismo, por meio de comunicação, transporte e infra-estrutura. A segunda com o aumento do nível local, devido o fluxo intenso do turismo, ocasionando um aumento do consumo e multiplicando e acelerando as necessidades e mudanças sociais.

Deve-se entender que o nível de impacto varia de acordo com o tipo de turismo praticado na região, ou seja, o de massa pode causar mais impacto negativo e o ecoturismo mais impacto positivo. Alguns autores dizem ainda, que o nível de impacto depende do tipo de turista que visita a localidade, pois a magnitude dos impactos se relacionará às diferenças sócio-culturais existentes. É difícil tomar decisões com relação ao fluxo de visitantes, pois empresários e o poder público, na maioria das vezes, buscam um desenvolvimento turístico com intensidade. Deve-se enfatizar a importância da limitação do fluxo turístico, por meio da capacidade de carga do ambiente em suportar um número adequado de visitantes por período.

Por isso, frisa-se que é possível dotar a localidade com uma estrutura turística de qualidade e compatível com o meio ambiente, direcionado para o público desejado. Por fim, destacam-se os impactos positivos e negativos. Sendo os positivos: melhoria da infra-estrutura (coleta de lixo, comunicação, instalações sanitárias, entre outros); residentes estimulam-se pela cultura local, tradições e costumes, além do patrimônio histórico e cultural; intercâmbio cultural entre os locais e os visitantes; melhoria na qualidade de vida. Os negativos estão relacionados com: colonialismo, por parte dos países em desenvolvimento, com relação à dependência de divisas estrangeiras, ocasionando o aumento do crime, prostituição e outros; descaracterização da cultura local; congestionamento, multidão, aumento da criminalidade; perda da linguagem; mudanças nas atividades tradicionais (OMT, 2001).

Desenvolvimento da Indústria Turística Regional

No entendimento de Mamberti e Braga (2004), o conceito de desenvolvimento é recente (pós-guerra), uma vez que não apresenta uma definição universalmente aceita. Até épocas recentes, acreditava-se ser o desenvolvimento um fenômeno com fortes vínculos de natureza econômica. Os autores possuem uma idéia de desenvolvimento cujas raízes buscam eficiência na produção com uso racional de recursos naturais, igualdade na distribuição da renda e melhoria na qualidade de vida. O turismo, por ser uma atividade econômica, utiliza o conceito de desenvolvimento.

Assim, consideramos o turismo como um produto, a ser consumido *in loco*, que impulsiona o desenvolvimento de outras atividades econômicas e infra-estrutura. Quem ganha com o deslocamento são: a população da área de origem do turista; os turistas; a população da área de destino, considerando-se que em cada caso há diversos grupos de interesse, manifestos e objetivos (SOUZA, 2002). Embora ocorra o desafio da globalização, o Estado e o Município têm no turismo uma de suas atividades, devendo dirigir atenção para traçar políticas de desenvolvimento por meio de planejamento.

O município tem sua importância destacada no processo de desenvolvimento local, através de sua organização política, mas ele deve exercer o papel de orientador da atividade turística local, articulando com todos os setores envolvidos com a atividade. A participação e o envolvimento dos setores são fundamentais para fortalecer e redefinir a identidade local e criar um comprometimento da comunidade (DIAS, 2003). Evidenciando a

afirmação, Mamberti & Braga (2004, p. 9) dizem que “a promoção do desenvolvimento necessita do efetivo envolvimento do setor público, isto é, o desenvolvimento local precisa ser uma vontade política dos governos locais que, apesar das suas limitações, exercem papéis fundamentais nesse processo”. Como se observa, o desenvolvimento local deve ser uma vontade do setor público, e no turismo (CUNHA; CUNHA, 2005), ele é regido por três elementos: a sociedade, o ambiente e a economia, que juntos são recursos potenciais para o desenvolvimento. Aplicar um turismo diferenciado, que envolva a participação da comunidade é benéfico para a localidade, pois também é um fator de minimização dos impactos negativos. Quando governos tornam-se socialmente responsáveis, eles arriscam-se no momento em que as ações em prol do desenvolvimento local e sustentável de hoje sejam favoráveis para o futuro (POLONSKY, 1994).

Um dos pressupostos do turismo sustentável como fator de desenvolvimento local, está no planejamento, pois ele é uma ferramenta que bem aplicada (juntamente com a participação ativa de todos os agentes e mais a retro-alimentação), objetiva a garantia de benefícios. Portanto, baseando-se na OMT (2001), Benevides (2002), Blamey (2001), Bramwell e Lane (1993), Wight (2002) e nas visitas *in loco* foi possível destacar algumas ações de como o turismo sustentável pode ser indício de um desenvolvimento local da região.

Baseado nos princípios e nos indicadores do turismo sustentável, e em modelos de planejamento encontrados em Petrocchi (2001), foi possível elaborar um modelo simples de planejamento turístico, conforme se observa na Figura 1 (mais adiante), que contém alguma das exigências de implantação do turismo sustentável em uma localidade.

As áreas grifadas de azul são as que se encaixam nos paradigmas da sustentabilidade. Portanto, a verificação e execução desses projetos são fundamentais para que a localidade obtenha um satisfatório para todos os envolvidos com o turismo.

Nesta Figura tem-se as etapas decorrentes da implantação do turismo sustentável através do planejamento, que ocasiona o desenvolvimento local em APAs de forma holística e multidisciplinar, integrando os mais diversos setores, nos âmbito social, político, econômico, cultural e ambiental.

Para que o processo seja concretizado e alcance os objetivos, é necessário que o município, queira participar e impulsionar a realização da atividade turística de forma sustentável. Assim, a APA torna-se o agente inicial da cadeia, pois sem esta percepção, o turismo, pode ser desenvolvido de forma predatória, impactando negativamente, o que pode

levar Cururupu a degradar seus atrativos e chegar num limite insuportável de capacidade carga, gerando sérios problemas para toda a região e participantes do processo.

Em seguida, têm-se os autóctones e os agentes como participantes do desenvolvimento turístico, pois é preciso buscar o apoio destes, desde o início, para alcançar resultados satisfatórios do desenvolvimento turístico sustentável a nível local.

Mais adiante, verificam-se as ações responsáveis para a operacionalização do turismo sustentável, que após executadas, geram ações que contribuirão para o desenvolvimento local. E o resultado, é a satisfação dos envolvidos, assim como outros resultados positivos.

As implicações para o município, com o desenvolvimento local, são variadas, conforme figura 1.

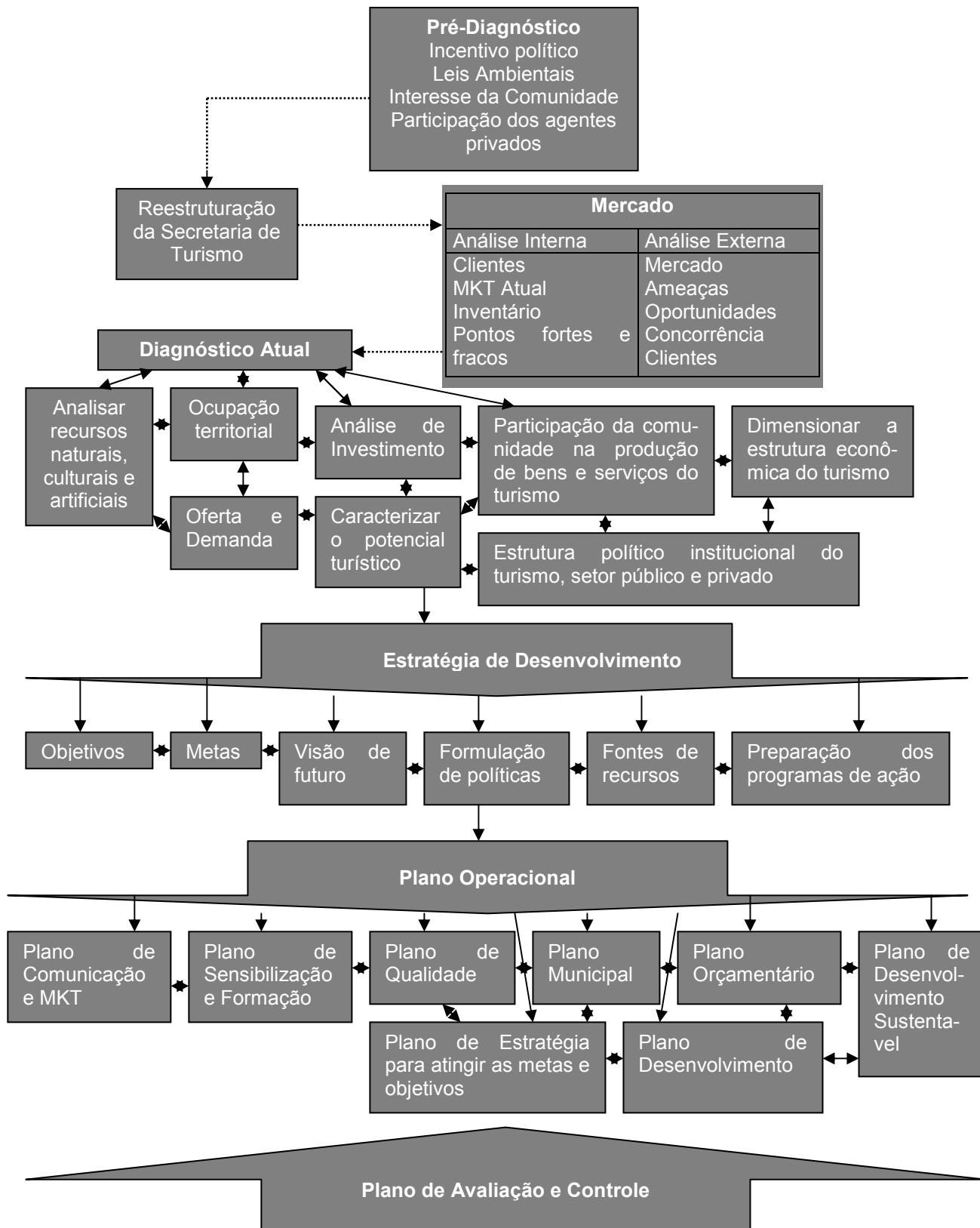


Figura 1: Planejamento de turismo sustentável no desenvolvimento local das APAs
Fonte: Elaborado pelos autores

Mas há também outras características, que contribuem para o desenvolvimento local das APAs: desenvolvimento difuso; inovação e qualidade; empreendedorismo; mobilização do potencial endógeno; potencialização dos recursos locais; gestão local do desenvolvimento; fluxo de visitantes controlado e organizado; benefícios econômicos e ambientais; envolvimento da comunidade e valorização da região.

O diagnóstico atual, conforme inserido na mesma figura 1 demonstra reunir todos os fatores e agentes e ações que o turismo e setores ligados a ele podem contribuir para a endogenização. Por fim, a estratégia de desenvolvimento local tem no turismo sua mediação mitigadora, onde o local cumpre seu papel, para que ela se beneficie do turismo.

Metodologia

A pesquisa possui uma abordagem descritiva, desenvolvida a partir da análise de dados secundários obtidos a partir dos planos de desenvolvimento da indústria de turismo para duas regiões pesquisadas – Cururupu-MA e Bonito-MS, sendo esta última utilizada como *benchmark* na avaliação dos critérios de sustentabilidade adotados pela primeira.

Resultados

Atualmente um plano de turismo tem como requisito as exigências de um desenvolvimento sustentável, e a característica e singularidade regional. Pois a adoção de metodologias e técnicas deve ser adequada a cada caso. Ruschmann (2004) elabora um plano turístico que atende as etapas exigidas para o planejamento do turismo, encontrados em diversos modelos de turismo no mundo. Com base nos itens acima, a pesquisa estabeleceu alguns atributos que servem para identificar o desenvolvimento turístico sustentável em Bonito comparado a Cururupu a partir da Tabela 1 (mais adiante).

Dentre as diversas opções adotadas para estabelecer e aplicar indicadores ambientais, Cooper *et al.* (2001) listaram os indicadores gerais, subdivididos nas categorias: alteração do clima e redução da camada de ozônio; eutroficação; acidificação; contaminação tóxica; qualidade do meio urbano; lixo; biodiversidade e paisagens; recursos naturais; indicadores gerais, incluindo os referentes à economia, população, energia e transporte. No Brasil, alguns destinos turísticos (Bonito e Fernando de Noronha) utilizam a capacidade de

carga para controle e manutenção das áreas naturais, a fim de preservarem para as gerações futuras.

Na comparação entre os municípios percebe-se que muitas das ações que Bonito recebe se referem à participação ativa da comunidade, setor público e privado e entidades não-governamentais. Bonito possui um plano diretor, o que facilita aos governantes o diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, administrativa e política que orientam o governante com relação ao planejamento a ser realizado. Por outro lado, em Cururupu este se encontra em fase de elaboração, prejudicando a obtenção das informações necessárias para a criação de políticas municipais de turismo, por decorrência, trata-se de um fator negativo no município.

O Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) é o único atributo de que Bonito não dispõe, mas em compensação, sua ausência não compromete (num sentido amplo) o desenvolvimento da região, pois outros fatores a exemplo do *voucher*, plano de manejo, ação do setor privado e comunidade contribuem para o monitoramento e delimitação do fluxo, preservando assim o ambiente natural. A participação de ONG's em locais de turismo favorece também na luta por um desenvolvimento mais equilibrado e que envolva a comunidade a participar de todo o sistema que abarca o turismo.

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
 20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP
 Tabela 1: Comparação dos atributos dos municípios de Bonito e Cururupu

Atributos	Municípios	
	Bonito-MS	Cururupu-MA
Plano de Desenvolvimento Sustentável ou Plano de Turismo	PDSB e Plano Estratégico do COMTUR	Plano Maior
Plano Diretor	Sim	Em elaboração
Políticas municipais de turismo	Sim	Não
Participação em feiras de turismo	Sim	Não
Atrativos turísticos diferenciados	Sim	Sim
Comunidade envolvida com a atividade turística	Sim	Não
Secretaria de Turismo	Sim	Sim
Voucher Único	Sim	Não
Controle do fluxo de visitantes	Sim	Não
Profissionais qualificados para atuar com turismo	Sim	Não
Infra-estrutura básica (saneamento, etc.)	Sim	Sim (precário)
ZEE	Não	Sim
Educação ambiental	Sim	Sim
Plano de Manejo	Sim (Grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida)	Sim (Parcel de Manoel Luis)
Unidade de conservação	Sim (Parque Nacional da Serra da Bodoquena)	Sim (APA das Reentrâncias Maranhenses e Reserva Extrativista de Cururupu)
Ecosistema preservado	Sim	Sim
ONG's atuantes	Sim	Sim
Coleta de lixo	Sim (precário)	Sim (precário)
Associação de guias de turismo	Sim	Não
Associação de entidades diversas ligadas ao turismo (hotel, agência, comércio, etc.)	Sim	Não
Atuação do IBAMA	Sim	Sim

Fonte: elaborado pelos autores

Percebe-se que há atuação de ONG's em Cururupu, que junto com órgãos públicos atraem recursos e criam projetos voltados para o turismo e para o meio ambiente. Cururupu pertence a uma APA sendo uma Reserva Extrativista, ponto crucial para proteger, instalar infra-estrutura e colocar recursos humanos para possibilitar oportunidades de turismo e lazer. Mas, essas atribuições dependem de órgãos públicos. Por isso Bonito destaca-se, ao ter o envolvimento da comunidade e setor privado, que não esperam ações públicas, para concretizar as necessidades urgentes que o setor turístico carece.

Conclusão

Mediante a industrialização e a falta de espaços verdes, vê-se a necessidade de um novo tipo de turismo que equilibre o fluxo de viajantes com o ecossistema. Surgindo então o turismo sustentável e o ecoturismo como fatores positivos que condicionam ao desenvolvimento racional da região. Nesse contexto, surge o planejamento de ocupação regional como ferramenta de desenvolvimento turístico sustentável para pólos turísticos, incluindo Cururupu, que será beneficiado com os objetivos, metas e ações do macroprograma de desenvolvimento no momento de sua implantação. As políticas públicas de turismo, a criação e implantação de planos de turismo, a participação da comunidade e setor privado, a criação de leis ambientais e o controle do fluxo por meio da capacidade de carga se integrados, contribuem para o desenvolvimento turístico sustentável. Todos esses fatores são importantes para a implantação de um turismo sustentável numa localidade. Pois a partir do momento que o sistema está interligado, todos os setores discutem e colaboram para equilibrar e encontrar soluções para um desenvolvimento qualitativo. Após ter-se definido e examinado os conceitos fundamentais que envolvem o desenvolvimento sustentável do turismo a nível estadual, confrontando com os indicadores do turismo sustentável, responde-se então a questão deste estudo: quando comparamos os indicadores do turismo sustentável com os objetivos e metas do Plano, percebe-se que os mesmos estão alinhados, ou seja, o Plano está relacionado aos indicadores. Mas também se identifica que este somente viabilizará a implantação de um turismo sustentável em Cururupu no momento em que o mesmo concretizar todas as ações do macroprograma de desenvolvimento. Observa-se que a elaboração do planejamento estratégico do turismo local tipo *top-down* excluiu a comunidade na participação da integração com o turismo. Ocorre assim a preocupação com o risco de

desencontro entre as premissas do desenvolvimento sustentável e os rumos que a indústria turística em Cururupu vem seguindo.

Referências

BENEVIDES, I.P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A.B. (Org.) *Turismo e desenvolvimento local*. 3. ed., p.23-41 São Paulo: Hucitec, 2002. cap.2.

BRAMWELL, B.; LANE, B. Sustainable Tourism: an evolving global approach. *Journal of Sustainable Tourism*, v.1, n. 1, p.1-5, 1993.

BLAMEY, R.K. Principles of Ecotourism. In: WEAVER, D.B. (Org.) *The Encyclopedia of Ecotourism*. CAB International, 2001.

CARABELLI, F.A. A Proposal for the Development of Tourism in the Forested Landscape of Tierra Del Fuego, Patagonia, Argentina. *Tourism Analysis*, v.6, n.3-4, p. 185-202, 2001.

COOPER, C. *et al. Turismo: princípios e prática*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CUNHA, S.K.; CUNHA, J.C. Modelo Sistêmico para Avaliação do Impacto do Turismo no Desenvolvimento Local. *Anais DO ENCONTRO DA ANPAD*, Brasília, 2005.

DIAS, R. *Turismo Sustentável e Meio Ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003.

FONT, X.; BENDELL, J. Standards for Sustainable Tourism for the Purpose of Multilateral Trade Negotiations. In: Jerome L. McElroy. *Studies on Trade in Tourism Service*, Leeds: World Tourism Organization, 2002.

GARCIA, C.; SERVERA, J. Impacts of Tourism Development on Water Demand and Beach Degradation on the Island of Mallorca (Spain). *Geografiska Analler: Series A, Physical Geography*, v.85, n.3-4, p.287-300, 2003.

IGNARRA, L. R. *Fundamentos do turismo*. São Paulo: Pioneira, 1999.

MAGALHÃES, C.F. *Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios*. São Paulo: Roca, 2002.

MAMBERTI, M.M.S.; BRAGA, R. Arranjos produtivos turísticos e desenvolvimento local. *Anais, SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA INTEGRAÇÃO: ESTRATÉGIAS, INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS*, v.1. UNESP, 2004.

MARTENS, S.; SPAARGAREN, G. The Politics of Sustainable Consumption: the case of the Neetherlands. *Sustainability: science, practice and policy*, v.1, n.1, p.29-42, Spring, 2005.

OMT. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

PETROCCHI, Mário. *Gestão de pólos turísticos*. São Paulo: Futura, 2001.

POLONSKY, M.J. An Introduction to Green Marketing. *Electronic Green Journal*. v. 1, n. 2, Nov. 1994.

POLONSKY, M.J.; OTTMAN, J. Stakeholders' Contribution to the Green New Product Development Process. *Journal of Marketing Management*, n. 14, 1998.

RUSCHMANN, D. Gestão da Capacidade de Carga Turístico-Recreativa como Fator de Sustentabilidade Ambiental – o caso da ilha João da Cunha. In: LAGE, B.H., MILONE, P.C. (Org.) *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2004.

SHARPLEY, R.; TELFER, D.J. *Tourism and Development: concepts and issues*. Channel View, 2002.

SOUZA, M.J.L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A.B. (Org). *Turismo e Desenvolvimento Local*. 3.ed. São Paulo:Hucitc, 2002.

WIGHT, P.A. Supporting the principles of sustainable development in tourism and ecotourism: government's potential role. In: LÜCK, M.; KIRSTGES, T. (Org.) *Global Ecotourism Policies and Case Studies: perspectives and constrains*, p. 50-71, . Channel View, 2002.